

# **XXII Confasubra discute durante cinco dias a construção de plano de lutas unificado**

Termina nesta sexta-feira (8) o XXII Congresso Nacional da Fasubra – Confasubra, que é realizado em Poços de Caldas (MG) desde o último dia 4. A Federação agrega as entidades que representam os técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino – IFEs. Um dos principais objetivos do encontro é construir um plano de lutas unificado para fortalecer as bases e avançar na pauta da categoria. Como estratégia de luta, no último dia do Congresso, será discutido a construção de greve unificada com outros setores da educação pública e do funcionalismo.

O Sintfub participa ativamente do XXII Confasubra. Foram eleitos 49 delegados e 8 observadores, que apresentaram em âmbito nacional a pauta dos servidores técnico-administrativos da UnB. Entre outros pontos, eles reivindicam a flexibilização da jornada de trabalho para 6 horas diárias e repudiam qualquer retirada de direitos dos servidores, seja pelo governo federal ou pela administração superior da UnB. Os representantes dos técnico-administrativos da Universidade também apresentaram o indicativo de greve do setor para maio, aprovado em assembleia local.

Ao final do Congresso, será eleita nova diretoria da Fasubra e homologado o Conselho Fiscal da entidade, que tem como um dos integrantes o coordenador geral do Sintfub, Mauro Mendes.

## **Conjuntura**

Os debates do XXII Confasubra foram iniciados com análise de conjuntura. De acordo com os palestrantes, o Brasil se

encontra em um momento difícil, onde a ultra-direita reforça sua organização, apoiada pelos veículos de comunicação comercial, que historicamente formam a população. No processo eleitoral, a direita disseminou o ódio contra os pobres e os mais de 40 milhões que passaram a ter acesso a serviços, direitos e consumo.

Neste processo, a classe trabalhadora sofre grandes ataques para que a ação dos capitalistas selvagens possam ser ainda mais consolidadas, com aumento de lucros em detrimento da qualidade de vida e de trabalho dos cidadãos. Exemplo disso é o projeto de lei 4330, que libera a subcontratação ilimitada da mão de obra em todos os serviços públicos e privados e precariza as relações de trabalho. O projeto foi aprovado a toque de caixa pela bancada empresarial e setores conservadores da Câmara dos Deputados, encabeçados pelo presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O texto está no Senado e, se alterado, voltará para a Câmara para seguir à sanção presidencial.

Por outro lado, a classe trabalhadora também é atacada pelo governo federal, que editou na virada do ano as medidas provisórias 664 e 665, que alteram negativamente a concessão de conquistas históricas dos trabalhadores, como seguro desemprego, abono salarial e pensão por morte.

Para a dirigente da Fasubra, Leila Oliveira, é fundamental que a classe trabalhadora se una, independente das diferenças. Ela acredita que o povo deve ir às ruas para que o governo Dilma cumpra a pauta que a elegeu ou a direita implementará sua proposta.

A Reforma Política é o caminho para que se possa inverter as relações e dar prioridade à classe trabalhadora, segundo Pedro Armengol, dirigente da CUT e da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – Condsef. Ele conclamou toda a classe trabalhadora para uma greve geral no dia 28 de maio e disse que a CUT não irá aceitar ataques aos trabalhadores.

O coordenador geral do Sintfub, Mauro Mendes, reforça a avaliação de Leia Oliveira, e vai além: “Entidade sindical tem que realizar a luta da classe trabalhadora, e não defender qualquer partido. Temos que defender nossos direitos, custe o que custar. O que está em jogo é a história do país, a história do povo e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária”.